

CACHAÇA POTIGUAR: A RELAÇÃO COM AS ATIVIDADES TURÍSTICAS NA ÓTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

José da Paz Dantas¹
Maria Lúcia Bastos Alves²

Resumo: O artigo propõe apresentar uma discussão sobre o valor da cachaça enquanto patrimônio cultural e sua relação com as atividades turísticas no Estado do Rio Grande do Norte. Apoiado numa discussão a partir dos estudos históricos relacionados ao setor turístico, especialmente no que diz respeito à gastronomia, a cachaça se define não apenas como um importante instrumento para a construção de identidades, mas, também, como um elemento capaz de tecer relações sociais, políticas e econômicas. Isto é, um produto turístico capaz de proporcionar novos destinos. O artigo contempla cinco alambiques localizados nas regiões Leste Potiguar e Seridó, as quais oferecem uma historicidade e produção significativa para o Estado do Rio Grande do Norte. Para definir o recorte, é preciso buscar refinar essa seleção, especialmente ao lidar com fatos históricos e legalidade dos estabelecimentos. Dessa forma, torna-se necessário considerar a trajetória dos alambiques, períodos de maiores produções e inserção no mercado turístico. Através de levantamentos documentais e observações feitas em visitas de campo, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa com finalidade descritiva e exploratória, metodologia que nos permite abordar questões em torno das articulações entre patrimônio, identidade e turismo no Estado.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Turismo. Rio Grande do Norte. Cachaça.

1 Introdução

Talvez soe, à primeira vista, um tanto estranho falar de cachaça como tema que embala um artigo, um termo tão disseminado no mundo real do senso comum, carregado de ideias, sentimentos e emoções, mas também podendo ter concepções de cientificidade, daí a ideia aqui desenvolvida.

¹ Doutorando e Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bacharel em Turismo pela Faculdade Católica Santa Teresinha. Guia de Turismo Regional. Atualmente é colaborador - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-RN). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Recreação, Guiamento, Turismo Histórico-Cultural, Ecoturismo e docência, atuando como professor na Faculdade Católica Santa Teresinha, Senac, PRONATEC. Faz parte do Conselho Gestor do Polo de Turismo do Seridó. CV: <http://lattes.cnpq.br/8327347518748445>. E-mail: paizitopaz@hotmail.com

² Pós-doutora pela Universidade de Roehampton-Londres-UK (2015). Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo/USP (2004). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN (1993). Graduada em Ciências Sociais pela UFRN (1983). Atualmente, é professora Adjunto III pela UFRN e Vice-líder da Base de Pesquisa Interdisciplinar de Pesquisa em Turismo e Sociedade (UFRN). É membro: da Societ e Internationale de Sociologie des Religions (SISR), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); do Grupo de Estudos sobre Culturas Populares e do Grupo Mythos-Logos. Possui experiência na área de Sociologia, Metodologia da Pesquisa Social e pesquisas relacionadas à área da Religião e Religiosidade popular, Cultura, Família, Turismo, Cidade, Patrimônio, Identidade, Fotografia e Memória. CV: <http://lattes.cnpq.br/1719643619018288>. E-mail: mluciabastos29@yahoo.com.br

Mais do que uma simples espécie de bebida, é um elemento da história e da cultura brasileira e suas diversas manifestações regionalizadas, mas também podendo ser vista sobre os mais variados ângulos e campos de interesse.

Dentre as múltiplas formas de ver esse fenômeno da cachaça, tem-se aqui o viés histórico e cultural no contexto contemporâneo do turismo, o qual se articula na busca de uma compreensão teórica e empírica.

Em termos históricos, tendo em vista a questão dos indígenas, que originalmente habitavam o território colonizado por portugueses e povoado por africanos, o país construiu, ao longo dos séculos, um diversificado conjunto de bens culturais, materiais e imateriais que muito dizem a respeito de sua história, e que contribuem para a formação de sua identidade.

Esses traços culturais, ou seja, as expressões, práticas e conhecimentos, transmitidos entre gerações, formam o patrimônio cultural de um povo. Tal patrimônio merece ser reconhecido e preservado por sua importância em si, por sua capacidade de identificar um povo, pela possibilidade de contribuir para a coesão social, como também pelo potencial de ser usado para a promoção do desenvolvimento regional (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, 2003; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2007; Mendes, 2012).

Uma das formas viáveis para a utilização do patrimônio cultural, para o alcance do desenvolvimento, diz respeito à percepção desse patrimônio como atrativo turístico, através do Turismo Cultural, atividade que promove os bens de natureza material e imaterial da cultura.

No Brasil, ainda não é dada a devida atenção aos bens culturais, principalmente àqueles de natureza imaterial. Isso tem ocorrido em um contexto caracterizado pela globalização e por aceleradas transformações, principalmente tecnológicas, facilitando o processo de transformação das tradições e dos costumes, das culturas regionais, onde os objetos perdem a relação de fidelidade com os territórios originários.

A globalização se dá através de um processo onde as grandes organizações econômicas se articulam em torno do capital financeiro internacional que, segundo especialistas no assunto, é um fenômeno irreversível, tendo em vista que a dinâmica do processo é determinada globalmente, fugindo do âmbito nacional, restando aos países dependentes se adaptarem a essa nova tendência, inclusive a transferência de riquezas para os países mais desenvolvidos (Vieira, 2004: 86).

Considerando que uma das etapas para valorizar e promover o patrimônio cultural consiste em difundir o conhecimento sobre o mesmo, tendo em vista a grande diversidade cultural do país, entre as quais podemos citar: vestimentas, manifestações religiosas, tradições e gastronomia, cabe aos pesquisadores realizar estudos que mostrem peculiaridades de cada região e que ofereçam alternativas para a construção do desenvolvimento.

Nesta pesquisa, dentre os muitos bens culturais existentes, dá-se destaque à cachaça – símbolo de brasilidade – nascida nos tempos coloniais. Apesar de não ser registrada como patrimônio imaterial do Brasil, reúne todos os pré-requisitos para que seja solicitado o registro, é hoje uma das bebidas que mais sobressaem no cenário internacional (Silva, 2006), tendo um significativo apelo mercadológico, inclusive

turístico, mostrando sua importância para a manutenção da história dos brasileiros, de conhecimento da cultura e de agregação de valores à comunidade.

Uma bebida que já nasceu discriminada, assim como era a condição do povo que através dele ela foi descoberta, os escravos negros e os mestiços, povo proveniente de sua hibridação - processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas (Canclini, 2008) com índios e europeus. Tentamos mostrar outro lado dessa bebida, além da marginalização, que é sua importância na história do Brasil, o seu papel social, político e econômico que exerceu e exerce em várias situações do cotidiano, mais recentemente na atividade turística.

Passando por diversos processos de desenvolvimento em toda sua estreita relação com a história, a cachaça tem se feito presente no dia a dia da cultura brasileira, chegando a ser usada como um atrativo turístico-cultural. Já se percebem algumas ações pontuais, que demonstram a preocupação de mostrar ao turista a história, os usos e costumes do Brasil, como a criação de festivais e de roteiros temáticos em engenhos, assim como a visitação a museus da cachaça, como nos pioneiros Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Paraíba, o que é uma tendência em outros Estados do Nordeste como no Rio Grande do Norte, devido a sua cachaça de excelência.

Essas ações de fomento à atividade turística, ainda que tímidas, dão mais força ao processo de fazer com que o próprio brasileiro e o turista estrangeiro consigam interpretar os aspectos culturais do país e especificamente dos Estados, através da releitura dos mesmos, entendendo a importância econômica, social e simbólica que a cachaça teve e ainda tem nessas regiões.

No entanto, é preciso que tais ações se fortaleçam, para que o patrimônio cultural seja efetivamente instrumento utilizado para o desenvolvimento do turismo. Não se esquecendo da integração social, numa inclusão da comunidade local (grande detentora de saberes e de costumes relacionados à cachaça), de empresas privadas, do setor público e do terceiro setor.

Nos dias atuais, ao se realizar uma viagem, ou se planejar através de informações obtidas em revistas especializadas, em sites, ou até mesmo em promoções de destinos turísticos, feitos por agências de turismo, percebe-se a relação existente entre patrimônio cultural, gastronomia e turismo.

Podemos tomar como base os destinos turísticos internacionais com suas peculiaridades gastronômicas e bebidas típicas, tomando como exemplo a Escócia, onde temos a proposta de visitar as terras da coroa britânica, fazer a associação entre esses três elementos. Com suas construções medievais e gregorianas, caracterizando o patrimônio arquitetônico, apelo cultural seja através da realização de festivais de cunho cultural e gastronômico, onde se dá destaque aos frutos do mar, seja pela existência dos "famosos" pubs e bares onde são consumidos *whiskys* de excelência, tendo em vista que é a bebida típica daquele país, a qual remete a toda uma construção de uma tradição, sendo oferecidos aos turistas tours sobre a história do puro malte (Silveira, 2014).

Também existem, em outras regiões da Europa, as rotas dos vinhos, que se mostram como uma das mais fortes tendências do Turismo mundial; essas regiões produtoras de vinho que possuem esse potencial turístico se destacam, além da

produção, pelas suas paisagens naturais e boas acomodações, o que garante o sucesso do destino. Como exemplo, destacamos: Portugal, França, Espanha e Itália, que representam um setor estratégico em termos de geração de divisas através da atividade turística.

Em nível nacional, também temos várias cidades do Estado de Minas Gerais, onde existe uma valorização maior ao segmento de turismo cultural, explorando principalmente a gastronomia, tendo como atrativo principal a produção de cachaça artesanal. O roteiro possibilita ao turista vivenciar uma experiência baseada na tradição culinária, podendo experimentar os sabores e os prazeres proporcionados pelo modo de vida peculiar, atrelados às paisagens cênicas, como as montanhas, além da própria história que contempla aspectos de cunho social, político e econômico.

Partindo do pressuposto de que a cachaça é um símbolo de “brasilidade”, e sua produção abrange todo o território brasileiro, a presente pesquisa visa discutir essa questão tomando como base os seus usos turísticos que, nas últimas décadas, vêm se destacando no cenário turístico nacional e que podem ser usados, de certa forma como ferramenta para um “resgate cultural” através de iniciativas que podem ser tomadas em conjunto com o poder público e a comunidade local no Estado do Rio Grande do Norte.

Assim, o ponto de partida foi compreender e analisar as razões pelas quais a cachaça é reconhecida como um dos elementos da cultura com forte tendência para ser registrada como patrimônio imaterial do Brasil, e como essa peculiaridade pode servir como potencial e atrativo turístico no Estado.

O estudo em tela objetiva descrever o valor da cachaça como elemento histórico-cultural e patrimonial e seu significado como potencial e atrativo turístico no Estado do Rio Grande do Norte. Identifica os alambiques ao longo das várias localidades produtoras no Estado, com o intuito de apresentar as formas de relação da riqueza histórico-cultural e patrimonial da produção de cachaça artesanal com o turismo.

Apoia em um referencial empírico em particular, a produção de cachaça artesanal do Rio Grande do Norte. Trata-se de um trabalho com levantamentos conceituais e históricos, a fim de atingir os objetivos apresentados. Para isso, a pesquisa será de natureza exploratória, usando-se de levantamento bibliográfico, com uma abordagem qualitativa (Andrade, 2003; Dencker, 2007).

O artigo se divide em cinco partes. A primeira versa a cerca de um referencial teórico sobre patrimônio cultural e turismo, a segunda, gastronomia e turismo. Em seguida, é apresentada a terceira parte, a respeito da investigação histórica e a quarta, sobre o potencial turístico da cachaça potiguar, sua produção e desenvolvimento e alternativas para seu uso. Por fim, constrói-se algumas considerações finais a respeito.

2 Patrimônio cultural e turismo

A valorização da cachaça como patrimônio, e seguidamente como atrativo turístico, precisa começar com o conhecimento de seu próprio povo criador a respeito dela, já que, como afirmou (Câmara, 2004: 134), “só se ama e se pratica o que se conhece”.

Conscientizar-se de que se é herdeiro, tendo uma consciência histórica, é um grande passo que o Brasil deve dar. É preciso que o povo brasileiro reconheça que aquilo

o que ele é, deve a seu passado, a suas origens. E para conhecer a si mesmo, é preciso que olhe primeiramente para o passado, para assim construir da melhor forma possível caminhos alternativos para se chegar ao desenvolvimento.

A fim de obter maior compreensão a respeito do que seja o patrimônio cultural e sua relação com desenvolvimento e turismo, convém descompor a expressão e entender o que cada termo significa isoladamente, para assim entender seu conceito.

A palavra patrimônio vem do latim, *patrimonium* (que deriva de *pater* – pai) e era aplicada, originalmente, ao conjunto de bens que pertenciam aos pais de famílias passando para seus sucessores. Ou seja, *patrimonium* era o que se herdava, a herança. E herança traz consigo a ideia de continuidade, de entrega e recebimento de algo (Rodrigues, 2003; Mendes, 2012), que supõe ter algum valor. Tal noção de valor herdado torna-se essencial para a compreensão do que é patrimônio cultural.

De acordo com Rodrigues (2003), esse conceito foi ampliado no século XVIII, quando passou a nomear os bens culturais de uma nação, protegidos por uma legislação e por medidas públicas específicas. Essa mudança ocorreu devido às ações do governo francês, para proteger os monumentos históricos do país.

No que tange ao termo cultura, dentre os vários conceitos que tem recebido, adotar-se-á neste trabalho sua conceituação antropológica, que a retrata como uma totalidade de traços de um grupo social (Lopes, 2013; Coelho, 2008).

Neste âmbito, cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social – o pensar, o sentir, o saber e o fazer, referindo-se ao “conjunto de crenças, costumes, valores espirituais e materiais, realizações de uma época ou de um povo, manifestações voluntárias que podem ser individuais ou coletivas pela elaboração artística ou científica” (Ministério do Turismo - MTUR, 2007).

Assim, a cultura é um processo dinâmico, por meio do qual são transmitidas práticas, valores e conhecimentos. Relaciona-se com o passado, o presente e o futuro, uma vez que, segundo Barretto (2003), é ela que permite que os grupos mantenham sua identidade, conheçam suas raízes, saibam quem são e de onde vieram, e ajuda a que saibam para onde vão ou para onde não querem ir.

Os dois termos – patrimônio e cultura – quando unidos, fazem nascer a ideia de *patrimônio cultural*, que corresponde ao “conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo” (IPHAN, 2007: 12). Ou seja, todo esse conjunto cultural, que foi herdado, está sendo vivenciado e será repassado aos descendentes.

No Brasil, a busca pela valorização e preservação do patrimônio se dá somente na década de 1930, principalmente com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN), por meio da Lei 378 e do Decreto-lei 25, ambos de 1937. Através deste órgão, conseguiu-se preservar muitos bens culturais do país, tendo como foco o acervo arquitetônico, através de tombamentos e restaurações. Este foco levou a que, nos anos que seguiram a sua criação, patrimônio cultural chegasse a ser acreditado como sinônimo de patrimônio arquitetônico (Pelegrini, 1997; Fonseca, 2009).

O fim da década de 1970 pode ser considerado a segunda fase de destaque dentro do processo de preservação, quando se ampliaram a abrangência das ações em prol do

patrimônio cultural. Foi então que órgãos paralelos ao SPHAN foram criados, e também órgãos estaduais e municipais, como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Pelegriani, 1997).

Foi também nesta década, em 1972, que ocorreu em Paris, a Conferência Geral da UNESCO para tratar da preservação do patrimônio mundial. Em documento gerado a partir desta ocasião, considerou-se como patrimônio cultural os monumentos (obras arquitetônicas, estruturas arqueológicas, etc.); os conjuntos de monumentos e construções e; os locais onde houvesse obras humanas ou obras do homem e da natureza conjugadas.

Percebe-se que, mesmo que o conceito de cultura envolva também os aspectos imateriais, como crenças e costumes, este conceito faz menção puramente a bens materiais, não considerando os valores simbólicos dos povos.

Na década seguinte, no entanto, mesmo mantendo a característica de bem passível de posse, o termo mudou consideravelmente seu conceito, expandindo-se além do patrimônio material. Passou a referir-se a tudo aquilo que o homem cria – seja com suas mãos, ideias ou fantasias –, valoriza e quer preservar (Londres, 2001; Chuva, 2009).

Inclui, portanto, as tradições e expressões culturais herdadas dos antepassados e transmitidas aos descendentes, como tradições orais, práticas sociais, rituais e festas, conhecimentos, e o saber-fazer (UNESCO, 2014). Assim, além da noção de bens materiais, adicionou-se o que se chama de patrimônio cultural intangível ou imaterial.

A Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 216, também incluiu essa ampliação do conceito e constituiu como patrimônio cultural os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988: não paginado).

Mais recentemente, o Brasil ratificou documento da UNESCO sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, onde: Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003: 3).

Em suma, podem ser considerados patrimônio cultural monumentos, a gastronomia, crenças, o modo de fazer certo artesanato, uma obra de arte, entre outros. Mas vale ressaltar que patrimônio não é só aquilo que foi convenionado como patrimônio, é também o que é considerado de valor pelas pessoas, o que é reconhecido por elas como referência de sua cultura e história. Ainda que isso, para outras pessoas ou para o próprio mercado, não tenha valor (IPHAN, 2007).

Nesse sentido, o patrimônio cultural, especialmente o imaterial, é considerado como meio de estimular o sentimento de identidade, pertença, continuidade e responsabilidade, contribuindo para a coesão social, a promoção do respeito à diversidade cultural e a criatividade (UNESCO, 2003; Mendes, 2012).

Com esse objetivo, nos planos pela valorização e preservação do patrimônio, tanto nacionais, geridos pelo IPHAN, como mundiais, pela UNESCO, há propostas de incluir entidades privadas e a comunidade do local onde se encontra o patrimônio. Por

exemplo, nas ações para identificação e definição dos elementos do patrimônio cultural de um lugar. É indicado, inclusive, a inclusão dos indivíduos criadores, mantenedores e transmissores dos bens patrimoniais, quando possível, associando-os à gestão dos mesmos, o que pode ser aplicado nos alambiques do Rio Grande do Norte, tendo em vista todo seu acervo histórico e patrimonial relacionado as construções coloniais dos engenhos de cana-de-açúcar, a arte secular de produção de cachaça artesanal e fatos históricos ligados diretamente as marcas de cachaças potiguares.

Além do objetivo de que o bem continue a existir, principalmente pelo fortalecimento da identidade, essa integração e cooperação buscam também criar a consciência de que “se explore o potencial desse bem cultural para o desenvolvimento da região e para a melhoria da vida das pessoas” (IPHAN, 2007: 25).

O fato de o patrimônio histórico poder fortalecer a identidade e o sentimento de pertença acaba por transformá-lo num fator impulsionador na incorporação de lugares, com seus devidos patrimônios, à atividade turística.

Para evitar impactos negativos, o uso do patrimônio pelo turismo deve ser planejado de forma que: a) sirva à comunidade local (no que diz respeito à preservação do bem cultural e fortalecimento de sua identidade); b) preserve o patrimônio, fato em si mesmo importante; c) construa uma consciência sobre a herança cultural e; d) proporcione o encontro com o diferente, com símbolos culturais diferentes (Figueiredo, Nóbrega, Bahía, & Piani, 2012).

3 Gastronomia e turismo

Um dos elementos que é símbolo, herança e patrimônio cultural, formador da identidade de um povo, é a gastronomia. Assim, como outros tipos de patrimônio, a gastronomia é comumente incorporada ao turismo como atrativo. Ela é um dos fatores que diferenciam os povos, uma vez que é formada através de influências históricas, clima e religião, que são peculiares a cada região.

No Brasil, por exemplo, a formação culinária se deu pela miscigenação das culturas indígena, africana e portuguesa, gerando várias peculiaridades gastronômicas no país, agregando valor a seu patrimônio cultural.

Um dos elementos da gastronomia brasileira é a cachaça, mesmo que tenha sido criada pelos africanos, de certo modo, da miscigenação dos povos, do modo de vida da época, do saber-fazer passado entre gerações, resistente até hoje, é considerada como herança e bem cultural brasileiro, podendo, portanto, ser instrumento para a valorização do patrimônio nacional, para o desenvolvimento regional e para o uso como atrativo/produto da atividade turística, evidencia o valor simbólico que a gastronomia agrega ao patrimônio cultural nacional (Leal, 2005).

4 Investigação histórica

Certa vez, em uma das mais célebres definições do conceito de história, Lucien Febvre afirmou que esta área do conhecimento, a história, seria ao mesmo tempo uma

ciência do passado e do presente, acrescentando ainda que toda história, por esse mesmo motivo, é contemporânea (Febvre, 1992). Isto é, a pesquisa histórica seria a forma de discurso através da qual, mesmo tratando do “passado”, o pesquisador atuaria em seu tempo, em seu presente, em sua sociedade, explicando-a na sua contemporaneidade.

O estudo do presente tem pelo menos como resultado obrigar a objetivar e a controlar as pré-noções que o pesquisador projeta sempre sobre o passado, nem que seja empregando palavras do presente para o designar (Bourdieu, 2006).

Em concordância conceitual com os autores, cremos que, ao escolher um objeto de estudo, todo pesquisador deveria exercitar certa “visão social”, voltando seu olhar para o momento em que vive, buscando identificar, no presente, temáticas historiograficamente pertinentes e originais. Foi com base, também, nestas pretensões que percebemos a possibilidade de ingressar nesse campo de estudo.

Ainda com a mesma perspectiva, utilizando-se agora da tradição, que nos remete à ideia de permanência, no entanto, (Bosi & Bornheim, 1997) afirmam que essa tradição não pode ser original, ela está presente no processo; assim, através da memória coletiva, buscamos elementos onde possamos identificá-la, ou seja, a tradição está em constante transformação, isso é inevitável, apenas existem elementos que fazem referência a um passado histórico através de uma perspectiva do presente, capazes de proporcionar sua manutenção e jamais resgatá-la. Quando se fala em “resgate”, submete-se à ideia de originalidade e isolamento, e isso remete a um ponto de vista conceitual, que não é mais utilizado atualmente.

Todos esses aspectos com relação aos componentes integrantes da cultura brasileira que servem de indicadores de uma identidade, mas que com o avanço da tecnologia, principalmente pelos meios de comunicação, recebem novos componentes que são agregados, sem que haja ou não a devida preocupação com o que essa agregação possa causar, avaliar se é benéfico ou não.

Entendemos que o processo de desenvolvimento de uma nação não seria somente o desenvolvimento e o crescimento de receitas e bens materiais, mas também o bem-estar de seu povo, o não desaparecimento por meio de transformações abruptas de sua identidade; não podemos apenas voltar o olhar para o aspecto econômico e ignorar nossa personalidade que foi construída com base em elementos de nossa cultura, como o elemento estudado na presente pesquisa, a cachaça, que está envolta em vários aspectos culturais.

De fato, a expressão “cultura popular e tradicional” possibilita a interpretação que tende a excluir expressões contemporâneas ou circunscrever esse universo a manifestações de determinada classe ou camada social. Em outras palavras, ela pode conduzir a um entendimento restrito sobre esse patrimônio, vinculando-o a critérios rígidos de temporalidade, classe e autenticidade (MinC, 2006).

O que se discute não é a cristalização de uma cultura ou tradição, e sim a harmonização consciente, através do conhecimento prévio, com o intuito de incorporar, à nossa cultura, componentes do desenvolvimento que agreguem valor de forma que

ocorra o progresso tecnológico, mas sempre caminhando ao lado dos elementos que dão a identidade da nação brasileira.

Modelos de desenvolvimento econômico foram implantados em vários países do ocidente e de modo mais simplista percebemos que obtiveram êxito no que diz respeito à economia, mas por outro lado os mesmos modelos se mostraram ineficientes no que diz respeito à satisfação (felicidade) do homem, à sintonia do povo com a sua história, com sua memória. Ou seja, esse modelo de desenvolvimento pautado apenas em aspectos quantitativos não foi uma solução satisfatória.

Não existe outro modelo, que não aquele formado pelos elementos indicadores de uma nação que são estáveis e que são permanentes, ou seja, não há outro caminho de encontrar a identidade de uma nação, a não ser o conhecimento, a identificação, a consciência coletiva, a mais ampla possível, dos nossos bens e nossos valores culturais (Magalhães, 1985).

Os bens e valores culturais a que o autor se refere são justamente os que podem ser identificados através de uma reflexão histórica; referimo-nos aos costumes, hábitos, modos de fazer, toda uma construção do nosso processo de produção cultural, sendo esses bens usados como base para um processo de desenvolvimento.

Tal perspectiva faz sentido, quando vamos discutir sobre a produção de cachaça artesanal, onde evidencia-se o processo do surgimento, reflete-se acerca do papel da mesma como patrimônio histórico-cultural do Brasil, partindo de uma análise sobre sua importância como participante do processo de formação social, política e econômica para o país.

Se buscarmos a originalidade da fabricação de cachaça, temos que deixar de lado todo o avanço tecnológico de plantio, corte, moagem, fermentação, técnicas de envelhecimento, tanoaria (arte de produzir barris e tonéis), engarrafamento e comercialização, como também os profissionais que trabalham diretamente com a prestação de serviços e consumo relativos à cachaça, que são respectivamente o cachaçólogo, mestre cachaceiro ou alambiqueiro, que produz a bebida, o cachaçófilo ou pingófilo que aprecia, e o cachacista que estabelece a relação entre os dois, proporcionando um melhor entendimento entre os dois universos, ou seja, o técnico e o prático; não poderíamos sequer pensar em exportação.

Tomando como base as referências acima, podemos fazer a viagem de volta ao passado e identificarmos com mais clareza esses elementos. Através dos estudos de (Silva, 2006) sobre bebidas alcoólicas, que evidenciam a presença do álcool como bebida praticamente em todas as culturas humanas conhecidas, nos mais variados tipos de civilizações.

Essa investigação enfatiza a questão do processo em que se encontra determinada tradição, no caso a tradição do consumo de bebidas alcoólicas por diversas sociedades. A partir do momento em que se destaca a aplicação de técnicas de destilação, onde anteriormente a bebida era simplesmente fermentada mostra essa busca por inovações, por aprimoramento de técnicas para que cada vez mais o produto possa ser melhorado.

Percebe-se que a busca pelo novo não elimina uma tradição, a essência é mantida, busca-se peculiaridades que só aquela bebida possui; com isso, com o passar do tempo

as bebidas nacionais vão sofrendo transformações, principalmente no que diz respeito aos processos produtivos, mas sempre mantendo sua tradição, o que na atualidade é um elemento importante para a utilização das mesmas no contexto da atividade turística.

5 Potencial turístico da cachaça potiguar

Quando especificamos a cachaça, referimo-nos ao mosto (sumo de frutas que contenham açúcar), fermentado e posteriormente destilado da cana-de-açúcar; no mundo inteiro existem destilados feitos a partir da utilização da mesma matéria prima, porém, só pode ser denominado de cachaça a aguardente de cana-de-açúcar fabricada no Brasil. Para isso existem alguns procedimentos como o Artigo 91 da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1494, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, na redação dada pelo Decreto nº 4.851 (2003), que regulamenta dentro de padrões estabelecidos as denominações de aguardente, cachaça, cachaça envelhecida e cachaça adoçada, como também a solicitação junto à Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), ou ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o selo de Indicação Geográfica (IG).

Atualmente no Brasil, temos muitas regiões “famosas” e outras nem tanto, mas que possuem um grande potencial na produção de cachaça artesanal. Algumas cachaças artesanais já possuem o (IG) implantado, como é o caso das cachaças produzidas nas cidades de Paraty no Estado do Rio de Janeiro e Salinas no Estado de Minas Gerais.

Mundialmente, a produção de cana-de-açúcar é de 1,4 bilhão de toneladas, numa área cultivada de 15 milhões de hectares. O Brasil, com uma área plantada de aproximadamente 5 milhões de hectares, é o maior produtor, com cerca de 27% da produção mundial. Seguem-se a Índia, Cuba, México, China, Paquistão, EUA, Colômbia, Austrália, Filipinas, Tailândia, África do Sul, Indonésia e Argentina (Silva, 2006: 35).

Tendo em vista que as condições climáticas influenciam diretamente na qualidade das bebidas, é impossível fabricar um destilado de excelência a partir da cana-de-açúcar em todos os países onde ela é cultivada. Um dos fatores mais importantes para a produção da aguardente de cana é o sol. Em locais onde há pouca incidência solar a bebida tende a ter uma acidez elevada; já nos países onde a incidência solar é forte, caso do Brasil, principalmente a Região Nordeste, onde está localizado o Estado do Rio Grande do Norte, propicia uma concentração maior de açúcar, produzindo mais álcool, ou seja, a bebida, no caso a cachaça, com um maior teor alcoólico e menor acidez.

Mesmo com algumas regiões destacando-se na produção da cachaça, com pesquisas que mostram a questão das escalas de produção, ou seja, a quantidade, obviamente associada às iniciativas como políticas de fomento, formação de associações e cooperativas de produtores, o que contribui diretamente para o fortalecimento do setor, propiciando aprimoramento de técnicas. Temos, também, nessas regiões, uma relação mais próxima da produção de cachaça com a atividade turística, através de roteiros já existentes, onde o turista visita diretamente o alambique, podendo observar todo o processo de produção da cachaça, história da casa, degustação e compra do produto no próprio alambique.

Mas uma variável que geralmente as pesquisas não contemplam, é o comparativo entre as regiões no que diz respeito à qualidade da bebida, não levando também em consideração seu valor patrimonial e o potencial turístico existente nas regiões onde a cachaça é produzida em menor escala.

Tendo em vista que estamos falando do Brasil, o país de origem da cachaça, sua produção se estende, pelo menos, em escala artesanal, por praticamente todos os Estados, inclusive o Rio Grande do Norte, que vem dando um bom exemplo de como produzir uma cachaça de qualidade, mesmo que incipiente, já ocorre a participação na realização de eventos locais, como festivais de gastronomia, feiras e festivais de cachaça; os produtores saem do Estado para mostrar seu valor ao mercado interno, como também externo. Um exemplo disso é a cachaça Samanaú da cidade de Caicó-RN, que é exportada.

Devido a suas características climáticas, o Rio Grande do Norte vem se destacando na produção de cachaça artesanal de qualidade, onde temos como principais cidades produtoras: Caicó, Nísia Floresta, Goianinha, Parnamirim e Pureza. E como principais marcas temos: Samanaú, Sibaúma, Papary, Mucambo, Maria Boa, Beira Rio, Extrema e Natal City.

Sendo o Rio Grande do Norte um Estado de grande potencial turístico devido as suas belezas naturais como: vegetação, relevo, clima, como também belezas artificiais: onde no interior destacamos os açudes, barragens e a arquitetura em geral, não deixando de lado seus valores culturais: a religiosidade, festejos, artesanato, gastronomia, entre outros. Podemos perfeitamente fazer essa relação entre a produção da cachaça artesanal com todo seu arcabouço histórico e técnico, considerando os acontecimentos sociais, políticos e econômicos, com o turismo, tendo em vista alguns pressupostos como: fabricação para exportação e fabricação para o consumo interno.

6 Considerações finais

A importância do patrimônio cultural de um povo não está somente na manifestação da cultura em si, mas está também na riqueza de conhecimentos, práticas e valores que é transmitida de geração a geração. A valorização e preservação desse patrimônio podem ser relevantes para grupos territoriais pequenos e grandes, podendo envolver desde comunidades locais até um país inteiro. Uma das formas de fazer tal uso do patrimônio cultural é combinando-o ao turismo, fazendo nascer o que se chama de Turismo Cultural.

No contexto brasileiro, a grande diversidade de símbolos culturais, envolta no processo de globalização, tem sido tendenciada a não receber devida atenção e valor. Considerando que cada elemento do patrimônio do país merece ser estudado, a fim de despertar o interesse e consciência por sua valorização, decidiu-se, neste trabalho, destacar a cachaça potiguar enquanto patrimônio cultural, associada a atividade turística.

Passando por diversos processos de desenvolvimento em toda sua estreita relação com a história do Brasil, a cachaça tem se feito presente no dia a dia da cultura brasileira, chegando a ser usada como um atrativo turístico cultural. Já se percebe no

Estado, algumas ações pontuais, que demonstram a preocupação de mostrar ao turista a história, os usos e costumes locais, onde os visitantes têm opções variadas de roteiros turísticos, do turismo de sol e mar que é o cartão postal do Estado, passando por roteiros histórico-culturais, de aventura, religiosos, entre outros, sem deixar de provar a excelente cachaça potiguar em qualquer que seja sua opção de roteiro, inclusive, devido ao potencial que está sendo levantado, um futuro roteiro exclusivo de cachaças com a visitação aos nossos alambiques.

Notamos que, ao longo dos anos, o cenário turístico no Rio Grande do Norte mudou bastante e continua a mudar; nas últimas décadas ocorreu um crescimento satisfatório, depois, por uma série de fatores externos e internos, ocorreu um declínio, e, ultimamente, estão sendo retomadas e implementadas estratégias, por parte do poder público, juntamente com a iniciativa privada, principalmente com a participação efetiva dos polos de turismo regionais onde essa dinâmica de participação de agentes de diversas esferas vem desenvolvendo um trabalho satisfatório e profícuo.

O fato é que a gastronomia tem sido um dos fatores permanentes que perpassou por todas essas mudanças. Devido a nossa participação em eventos relacionados ao turismo potiguar, percebemos que os itens de natureza gastronômica sempre estão presentes, evidenciando a questão da identidade de cada região.

Em um embarque juntamente com as comidas típicas de cada canto do Estado, a cachaça vem ganhando notoriedade como produto regional, inclusive com o estudo de harmonização com os pratos regionais expostos na carta das cachaças potiguares, conseguindo cada vez mais chamar a atenção de curiosos, turistas e apreciadores, conhecedores de uma cachaça de excelência, como também despontando no cenário econômico.

A atividade de produção de cachaça artesanal no Estado tem um grande potencial para o crescimento, pois se percebe o esforço dos proprietários dos alambiques para criarem uma imagem de inovação, mas ao mesmo tempo associada também – corroborando com as teorias aplicadas no estudo – às tradições, à história, à arte secular de fazer cachaça.

Com isso pode ser gerado, através desse potencial, um tipo de oferta turística diferenciada, usada para fins de desenvolvimento e promoção da região em âmbito nacional e internacional.

A produção de cachaça artesanal agrega proporcionalmente mais valor ao cultivo da cana-de-açúcar do que outras atividades, as quais a mesma possa ser direcionada. A partir do momento em que for acrescentado a essa produção a atividade turística, acrescenta-se também valor a todas as etapas do processo, inclusive as exportações, tendo em vista que através do turismo existe uma maior facilidade em ultrapassar fronteiras, sendo capaz de proporcionar uma maior visibilidade à cachaça potiguar em mercados ainda não contemplados, colaborando para o escoamento mais eficaz, como também para a criação da imagem de um produto associado a uma região.

Mais que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes ao visitante, pois a interpretação utiliza várias artes da comunicação humana – teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura (Murta, 2002). Assim, ao pensarmos nas bebidas

nacionais, por que não pensarmos no Brasil com sua cachaça, hoje mundialmente conhecida, sendo o Rio Grande do norte também reconhecido no cenário turístico por sua arte em produzir a bebida. Reconhecemos a ousadia do pensamento, mais acreditamos que é possível de ser realizado devido ao potencial levantado no artigo.

Referências

- Andrade, M. M. (2003) *Introdução à metodologia do trabalho científico*, 6 ed. São Paulo: Atlas.
- Barretto, M. (2003). “La delicada tarea de planificar turismo cultural: Un estudio de caso con la “germanidad” de la ciudad de Blumenau – SC (Brasil)”. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. (Vol. 1) (pp. 51-63). Nº 1.
- Bornheim, G. A. (1987) “O conceito de tradição”. In: *Cultura Brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro: Zahar
- Bosi, A. (1987) “Cultura como tradição”. In: *Cultura Brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Brasil. (1988) *Constituição Federal*.
- Câmara, M. (2004) *Cachaça: prazer brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Canclini, N. G. (2008) *Culturas híbridas*. 4.ed. São Paulo: USP
- Chuva, M. R. R. (2009) *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico Nacional no Brasil, nos anos (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Coelho, T. (2008) *A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural.
- Dencker, A. F. M. (2007) *Pesquisa em turismo*, 9 ed. São Paulo: Futura.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN]. (2007) *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. Brasília, DF: IPHAN.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN]. (2008) *Dicionário IPHAN de patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC.
- Fonseca, M. C. L. (2009) *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Febvre, Lucien. (1992) *Combates pela história*. São Paulo: EdUNESP.
- Leal, M. L. M. S. (2005) *A história da gastronomia*. Rio de Janeiro: Senac Nacional.
- Londres, C. (2001) *Revista Tempo Brasileiro*, 147. out./dez. Rio de Janeiro.
- Mendes, A. R. (2012) *O que é Patrimônio Cultural*. Portugal: Gente Singular Editora.

- Ministério do Turismo [MTUR]. (2007). *Cultura e turismo - Caminhos do Futuro*. Ed. rev. e ampl. São Paulo: IPSIS.
- Murta, S.M. (2002). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG.
- Pellegrini Filho, A. (1997). *Ecologia, cultura e turismo*, 2.ed. Campinas, SP: Papirus.
- Rodrigues, M. (2003). "Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo". In: Funari, P. P. e Pinsky, J. (Orgs.), *Turismo e patrimônio cultural*. 3 ed. São Paulo: Contexto.
- Silva, J. M. (2006) *Cachaça: o mais brasileiro dos prazeres*. São Paulo: Anhembi Morumbi.
- Figueiredo, S. L.; Nóbrega, W.; Bahía, M.; Piani, A. (2012) "Planificación y gestión de las visitas al patrimonio natural y cultural". *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 21: 355 – 371
- Silveira, Stefanie. (2014) *Escócia reúne atrações culturais, históricas e gastronômicas*. Recuperado em 30 jun. 2020 de <http://www1.folha.uol.com.br/turismo/2014/09/1520520-escocia-reune-atracoes-culturais-historicas-e-gastronomicas.shtml>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (2003) *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris.

CACHAÇA POTIGUAR: THE RELATIONSHIP WITH TOURIST ACTIVITIES FROM THE VIEW OF CULTURAL HERITAGE

Abstract: *The article proposes to present a discussion about the value of cachaça as cultural heritage and its relation with tourism activities in the State of Rio Grande do Norte. Supported by a discussion based on historical studies related to the tourism sector, especially with regard to gastronomy, cachaça is defined not only as an important instrument for the construction of identities, but also as an element capable of establishing social relations, political and economic. That is, a tourist product capable of providing new destinations. The article includes five stills located in the Eastern Potiguar and Seridó regions, which offer a historicity and significant production for the State of Rio Grande do Norte. In order to define the cut, it is necessary to seek to refine this selection, especially when dealing with historical facts and legality of the establishments. Thus, it is necessary to consider the trajectory of the stills, periods of greater production and insertion in the tourist market. Through documentary surveys and observations made in field visits, the research has a qualitative approach with a descriptive and exploratory purpose, a methodology that allows us to address issues around the articulations between patrimony, identity and tourism in the State.*

Keywords: *Cultural Heritage. Tourism. Rio Grande do Norte. Sugarcane liquor.*